



Empresa de Transmissão de
Energia do Mato Grosso S.A.

Demonstrações contábeis

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente



Empresa de Transmissão de
Energia do Mato Grosso S.A.

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022

Índice

| | |
|---|---|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis..... | 1 |
| Balanço patrimonial | 4 |
| Demonstração do resultado | 5 |
| Demonstração do resultado abrangente | 6 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 7 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 8 |
| Notas explicativas às demonstrações contábeis | 9 |

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

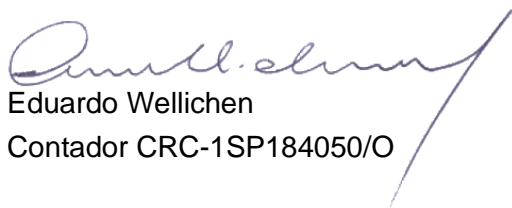
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de



auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O



Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O



Empresa de Transmissão de
Energia do Mato Grosso S.A.

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

| | Nota | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|------|----------------|----------------|
| ATIVO | | | |
| CIRCULANTE | | | |
| | | 36.084 | 29.669 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 393 | 407 |
| Investimentos de curto prazo | 5 | 12.889 | 10.594 |
| Concessionárias e permissionárias | 6 | 4.752 | 2.966 |
| Impostos a recuperar | | 2.334 | 1.095 |
| Ativo contratual da concessão | 7 | 15.068 | 13.852 |
| Outros ativos | | 648 | 755 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| | | 158.327 | 153.851 |
| Títulos e valores mobiliários | 8 | 1.997 | 1.658 |
| Concessionárias e permissionárias | 6 | 80 | 76 |
| Ativo contratual da concessão | 7 | 155.957 | 151.884 |
| Depósitos judiciais | | 96 | 96 |
| Direito de uso sobre arrendamento | | 197 | 137 |
| TOTAL DO ATIVO | | 194.411 | 183.520 |
| PASSIVO | | | |
| CIRCULANTE | | | |
| | | 12.521 | 13.987 |
| Salários, férias e encargos sociais | | 359 | 286 |
| Fornecedores | | 200 | 113 |
| Empréstimos e financiamentos | 9 | 3.556 | 3.538 |
| Tributos e contribuições sociais a recolher | | 1.358 | 445 |
| Encargos regulatórios | | 132 | 77 |
| Arrendamentos a pagar | 14.b | 57 | 75 |
| Adiantamento de clientes | | 898 | 800 |
| Dividendos a pagar | 14.c | 4.049 | 6.896 |
| Contribuições e encargos regulatórios diferidos | 10 | 1.846 | 1.697 |
| Outros passivos | | 66 | 60 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| | | 56.025 | 54.227 |
| Empréstimos e financiamentos | 9 | 8.199 | 11.626 |
| Encargos regulatórios | | 109 | - |
| Arrendamentos a pagar | 14.b | 151 | 67 |
| Adiantamento de clientes | | 2.867 | 1.744 |
| Contribuições e encargos regulatórios diferidos | 10 | 19.105 | 18.608 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 11 | 25.505 | 22.094 |
| Provisão para contingências | 12 | 14 | 13 |
| Outros passivos | | 75 | 75 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| | | 125.865 | 115.306 |
| Capital social | 13.a | 46.826 | 46.826 |
| Reservas de lucros | | 79.039 | 68.480 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 194.411 | 183.520 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Empresa de Transmissão de
Energia do Mato Grosso S.A.

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

| | Nota | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|-----------|----------------|----------------|
| Receita de operação e manutenção | | 3.621 | 2.002 |
| Remuneração ativo contratual da concessão | | 17.452 | 21.901 |
| RECETTA OPERACIONAL LÍQUIDA | 15 | 21.073 | 23.903 |
| CUSTOS OPERACIONAIS | | | |
| Custo dos serviços prestados | 16 | (2.953) | (1.896) |
| LUCRO BRUTO | | 18.120 | 22.007 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | | | |
| Administrativas e gerais | | (252) | (404) |
| Pessoal | | (186) | 606 |
| Honorários da diretoria e conselho de administração | | (678) | (916) |
| Outras receitas | 17 | - | 13.670 |
| | | (1.116) | 12.956 |
| LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | | 17.004 | 34.963 |
| Despesas financeiras | 18 | (1.378) | (1.335) |
| Receitas financeiras | 18 | 1.702 | 641 |
| | | 324 | (694) |
| LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | 17.328 | 34.269 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 19 | (722) | (278) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 11 e 19 | (3.411) | (9.041) |
| | | (4.133) | (9.319) |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 13.195 | 24.950 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Empresa de Transmissão de
Energia do Mato Grosso S.A.

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|---------------|---------------|
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 13.195 | 24.950 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO | 13.195 | 24.950 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Empresa de Transmissão de
Energia do Mato Grosso S.A.

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

| Descrição | Capital social | Reservas de lucros | | | Lucros acumulados | Total | |
|---|----------------|--------------------|-------------------------------|------------------------------|-------------------|----------|----------------|
| | | Reserva Legal | Reserva de incentivos fiscais | Reserva de lucros a realizar | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 46.826 | 3.147 | 3.833 | 12.096 | 29.937 | - | 95.839 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 24.950 | 24.950 |
| Destinação do lucro líquido: | | | | | | | |
| Reserva legal | - | 1.248 | - | - | - | (1.248) | - |
| Reserva de Incentivo Fiscal | - | - | 1.768 | - | - | (1.768) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | - | (5.483) | (5.483) |
| Reserva de lucros | - | - | - | 9.558 | 6.893 | (16.451) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 46.826 | 4.395 | 5.601 | 21.654 | 36.830 | - | 115.306 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 13.195 | 13.195 |
| Destinação do lucro líquido: | | | | | | | |
| Reserva legal | - | 660 | - | - | - | (660) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | - | (2.636) | (2.636) |
| Reserva de Incentivo Fiscal | - | - | 1.990 | - | - | (1.990) | - |
| Reserva de lucros | - | - | - | - | 4.393 | (4.393) | - |
| Reserva de lucros a realizar | - | - | - | 3.516 | - | (3.516) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 46.826 | 5.055 | 7.591 | 25.170 | 41.223 | - | 125.865 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Empresa de Transmissão de
Energia do Mato Grosso S.A.

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

| | Nota | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 17.328 | 34.269 |
| Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa | | | |
| Depreciação e amortização | 16 | 59 | 77 |
| Encargos de dívidas (Inclui arrendamentos e variações monetárias líquidas) | 9.c e 18 | 1.357 | 1.191 |
| Receita de aplicações financeiras | | (1.540) | (457) |
| Contribuições e encargos regulatórios diferidos | | 646 | 3.420 |
| Provisão para contingências | | - | 2 |
| Reversão de contingências | | 1 | - |
| Demais itens que não afetam caixa | | - | (8) |
| | | 17.851 | 38.494 |
| Aumento no ativo | | | |
| Concessionárias e permissionárias | | (1.790) | (56) |
| Impostos a recuperar | | (1.239) | (224) |
| Ativo contratual da concessão | | (5.289) | (27.912) |
| Outros ativos | | 107 | (266) |
| | | (8.211) | (28.458) |
| Aumento (redução) no passivo | | | |
| Fornecedores | | 87 | (116) |
| Salários, férias e encargos sociais | | 73 | (429) |
| Tributos e contribuições sociais a recolher | | 788 | 172 |
| Adiantamento de clientes | | 1.221 | 411 |
| Encargos regulatórios | | 164 | (101) |
| Outros passivos | | (131) | - |
| | | 2.202 | (63) |
| Imposto de renda e contribuição social recolhidos | | (597) | (1.014) |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | | 11.245 | 8.959 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | |
| Resgates de títulos e valores mobiliários | | 1.058 | 2.968 |
| Aplicações em títulos e valores mobiliários | | (1.182) | (12.504) |
| Resgates de investimento de curto prazo | | 13.123 | 10.050 |
| Aplicações em investimento de curto prazo | | (14.093) | (2.994) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | | (1.094) | (2.480) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | | |
| Pagamento de dividendos | 14.c | (5.484) | (1.769) |
| Pagamento de principal e juros de arrendamentos | | (73) | (89) |
| Pagamento de juros do financiamento | | (1.111) | (1.198) |
| Amortização de principal do financiamento | 9.c | (3.497) | (3.488) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos | | (10.165) | (6.544) |
| Redução no caixa e equivalentes de caixa | | (14) | (65) |
| Demonstração da redução em caixa e equivalentes de caixa | | | |
| Saldo no início do período | | 407 | 472 |
| Saldo no final do período | | 393 | 407 |
| Redução no caixa e equivalentes de caixa | | (14) | (65) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Notas Explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. (“Companhia” ou “ETEM”) foi constituída em 20 de janeiro de 2010, e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede está situada na Rua Gomes de Carvalho 1996 15º andar, conjunto 151, Sala G, Vila Olímpia - São Paulo - SP.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

| Contrato de concessão | | | | |
|-----------------------|--------------|--------------|------------|--------------------|
| Número | Prazo (anos) | Vigência até | RAP (*) | Índice de correção |
| 005/2010 | 30 | 2040 | R\$ 18.052 | IPCA |

(*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. RAP do ciclo 2022-2023, conforme resolução homologatória nº 3.067.

Em 16 de dezembro de 2011, as linhas de transmissão e as respectivas subestações entraram em operação comercial.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

1.1 Impactos do COVID-19

Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

1. Contexto operacional – Continuação

1.1 Impactos do COVID-19 – Continuação

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2023.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

2. Apresentação das demonstrações contábeis – Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Continuação

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização do contrato de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação de infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance.

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.



2. Apresentação das demonstrações contábeis – Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Continuação

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

PV (Parcela variável)

A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.2. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

3.1.1 Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início do contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção

3. Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.1.3 Receitas de operação e manutenção – Continuação

monetária pela variação do IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica “TFSEE e Reserva Global de Reversão “RGR”) registrados no passivo circulante e não circulante.

3.1.4 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.2. Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado no início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa

3. Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.2. Ativo contratual da concessão - Continuação

infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto da Companhia, que é de 6,59% a.a; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias

Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

3.3. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.4. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3. Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.5. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.6. Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6. Encargos regulatórios

Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP. Estes saldos estão refletidos no passivo circulante e não circulante na rubrica “Contribuições e encargos regulatórios diferidos”, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.8.1 Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou

3. Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.8.1 Provisões para demandas judiciais e administrativas - Continuação

exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais

3.9 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.10. Tributação

3.10.1. Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 7,60%

3.10.2. Imposto de renda e contribuição social correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime do lucro real.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM até 31 de dezembro de 2024 podendo ser renovado. O benefício consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

3.10.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.



3. Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.10.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Continuação

Tributos diferidos passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

3.11. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2022 as alterações nas normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis:

- CPC 27 – Ativo Imobilizado;
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; e,

3.12. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2023, sendo:

- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32).

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

4. Caixa e equivalentes de caixa

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|------------|------------|
| <u>Caixa e equivalente de caixa:</u> | | |
| Numerário disponível | 375 | 387 |
| Aplicações Financeiras | 18 | 20 |
| | <u>393</u> | <u>407</u> |

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 20% do CDI em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

5. Investimentos de curto prazo

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|---------------|---------------|
| <u>Investimentos de curto prazo</u> | | |
| Aplicações financeiras em fundo de investimentos | 12.889 | 10.594 |
| | 12.889 | 10.594 |

As aplicações financeiras mantidas em fundo de investimentos STA Energia, que tem característica de renda fixa e possui remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 101,13% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (100,06% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

6. Concessionárias e permissionárias

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|--------------|--------------|
| <u>Concessionárias e permissionárias</u> | | |
| Encargos de uso da transmissão faturados (ativo circulante) | 4.752 | 2.966 |
| Encargos de uso da transmissão faturados (ativo não circulante) | 80 | 76 |
| | 4.832 | 3.042 |

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito tendo em vista que os recebíveis são garantidos por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. Ativo contratual da concessão

| Movimentação do contas a receber ativo contratual | |
|---|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 - Ativo contratual | 137.824 |
| Receita de operação e manutenção | 3.749 |
| (-) Parcela variável (nota 15) | (1.456) |
| Remuneração do ativo de concessão (nota 15) | 25.091 |
| Revisão tarifária periódica (nota 17) | 15.578 |
| Recuperação do ativo financeiro (recebimentos) | (15.050) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 - Ativo contratual | 165.736 |
| Receita de operação e manutenção (nota 15) | 4.159 |
| Remuneração do ativo de concessão (nota 15) | 20.042 |
| Recuperação do ativo financeiro (recebimentos) | (18.912) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 - Ativo contratual | 171.025 |
| Ativo contratual da concessão - circulante | 15.068 |
| Ativo contratual da concessão - não-circulante | 155.957 |
| | 171.025 |

O Ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item, ao final na concessão.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

8. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém garantias constituídas no montante de R\$ 1.997 (R\$ 1.658 em 31 de dezembro de 2021) em fundo de investimentos, conforme definido nos contratos de empréstimo do BNDES. Estas garantias consistem na obrigação de manter aplicações financeiras de longo prazo não movimentáveis pela Companhia, correspondentes em média, a três prestações dos empréstimos e foram remuneradas em média a 96,90% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (96,16% do CDI em 31 de dezembro de 2021).



Notas Explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Empréstimos e financiamentos

- a. O saldo de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

| Instituições financeiras / credores | Vencimento | (% a.a.) Taxa efetiva | Circulante | | | | Não circulante | | |
|-------------------------------------|------------|-----------------------|------------|--------------|--------------|--------------|----------------|--------------|---------------|
| | | | Encargos | Principal | 31/12/2022 | 31/12/2021 | Principal | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| BNDES - Subcrédito A | 15/04/2026 | TJLP + 2,44% aa | 40 | 3.403 | 3.443 | 3.426 | 7.942 | 7.941 | 11.260 |
| BNDES - Subcrédito B | 15/04/2026 | TJLP + 2,04% aa | 2 | 111 | 113 | 112 | 258 | 258 | 366 |
| | | | 42 | 3.514 | 3.556 | 3.538 | 8.200 | 8.199 | 11.626 |

Em 27 de janeiro de 2012 a Companhia captou junto ao BNDES o montante de R\$ 45.000, sendo o subcrédito “A” com incidência de taxa de juros de TJLP + 2,44 % a.a., e o subcrédito “B” com incidência de taxa de juros de TJLP + 2,04 % a.a. Esta captação possui amortização mensal do principal e dos encargos até 2026. Este empréstimo tem como garantia o penhor total das ações de emissão da Companhia e o penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 005/2010.

Este contrato com o BNDES estabelece condições contratuais restritivas que são: a de manter Índice de Capital Próprio (Índice de Capitalização) igual ou superior a 25% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, apurados anualmente, a partir do exercício findo em 2013.

A Administração mantém o acompanhamento desses índices e em 31 de dezembro de 2022 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) com base nas demonstrações contábeis societárias, bem como as obrigações específicas do contrato.

- b. Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas têm os seguintes vencimentos:

| | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | Total |
|-------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| BNDES | 3.556 | 3.514 | 3.514 | 1.171 | 11.755 |
| | 3.556 | 3.514 | 3.514 | 1.171 | 11.755 |

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

9. Empréstimos e financiamentos - Continuação

c. As movimentações de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

| Moeda nacional e estrangeira | Saldo inicial | Provisão de encargos | Amortização do | Amortização do | Saldo final |
|-------------------------------------|---------------|----------------------|----------------|----------------|---------------|
| Instituições financeiras / credores | 31/12/2021 | (nota 18) | principal | encargos | 31/12/2022 |
| Debêntures | | | | | |
| BNDES - Subcrédito A | 14.686 | 1.163 | (3.387) | (1.078) | 11.384 |
| BNDES - Subcrédito B | 478 | 36 | (110) | (33) | 371 |
| | 15.164 | 1.199 | (3.497) | (1.111) | 11.755 |

| Moeda nacional e estrangeira | Saldo inicial | Provisão de encargos | Amortização do | Amortização do | Saldo final |
|-------------------------------------|---------------|----------------------|----------------|----------------|---------------|
| Instituições financeiras / credores | 31/12/2020 | (nota 18) | principal | encargos | 31/12/2021 |
| Debêntures | | | | | |
| BNDES - Subcrédito A | 18.070 | 1.157 | (3.378) | (1.163) | 14.686 |
| BNDES - Subcrédito B | 588 | 35 | (110) | (35) | 478 |
| | 18.658 | 1.192 | (3.488) | (1.198) | 15.164 |

10. Contribuições e encargos regulatórios diferidos

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|----------------------------------|---------------|---------------|
| Passivo circulante | 1.846 | 1.697 |
| Pis Diferido | 249 | 229 |
| Cofins Diferido | 1.145 | 1.053 |
| Reserva Global de Reversão - RGR | 392 | 360 |
| Taxa de fiscalização ANEEL | 60 | 55 |
| Passivo não circulante | 19.105 | 18.608 |
| Pis Diferido | 2.573 | 2.506 |
| Cofins Diferido | 11.853 | 11.544 |
| Reserva Global de Reversão - RGR | 4.055 | 3.950 |
| Taxa de fiscalização ANEEL | 624 | 608 |
| | 20.951 | 20.305 |

O diferimento das contribuições e encargos regulatórios é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo contratual e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 – receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) - interpretação contratos de concessão, o OCPC 05 – orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) – arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

| | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | |
|---|---------------------------|------------------------------|---------------------------|------------------------------|
| | Imposto de renda diferido | Contribuição social diferida | Imposto de renda diferido | Contribuição social diferida |
| Ativo fiscal diferido | | | | |
| Diferido do arrendamento mercantil | 208 | 208 | 142 | 142 |
| Diferido do ativo contratual | 20.951 | 20.951 | 20.303 | 20.303 |
| Outros | 263 | 263 | - | - |
| Subtotal | 21.422 | 21.422 | 20.445 | 20.445 |
| Passivo fiscal diferido | | | | |
| Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN n° 1515/14 | 60.082 | 60.082 | 53.685 | 53.685 |
| Art. 69 inciso IV Lei 12.973/14 | 2.026 | 2.021 | 1.745 | 1.971 |
| Diferido do arrendamento mercantil | 197 | 197 | 136 | 136 |
| Diferido do ativo contratual | 39.377 | 39.377 | 35.499 | 35.499 |
| Subtotal | 101.682 | 101.677 | 91.065 | 91.291 |
| Base de cálculo | 80.260 | 80.255 | 70.620 | 70.846 |
| Imposto diferido - base de cálculo | 70.753 | 80.255 | 60.289 | 70.846 |
| Imposto diferido - base de cálculo incentivada | 9.507 | - | 10.331 | - |
| Alíquota aplicada | 25% | 9% | 25% | 9% |
| Alíquota incentivada | 6,25% | - | 6,25% | - |
| Total de IRPJ e da CSLL alíquota aplicada | 17.688 | 7.223 | 15.072 | 6.376 |
| Total de IRPJ e da CSLL alíquota incentivada | 594 | - | 646 | - |
| Total IRPJ e CSLL diferidos | 18.282 | 7.223 | 15.718 | 6.376 |
| Total IR e CS alíquota aplicada | | 24.911 | | 21.448 |
| Total IR e CS alíquota incentivada | | 594 | | 646 |
| | | 25.505 | | 22.094 |

A movimentação do imposto diferido se deu conforme a seguir:

| | Lucro Real | | | | |
|------------------------------|---------------|-------------------------------------|---------------|-------------------------------------|---------------|
| | Dezembro | Movimentação no resultado (nota 19) | Dezembro | Movimentação no resultado (nota 19) | Dezembro |
| | 2020 | | 2021 | | 2022 |
| Imposto de renda diferido | 9.192 | 6.526 | 15.718 | 2.564 | 18.282 |
| Contribuição social diferida | 3.861 | 2.515 | 6.376 | 847 | 7.223 |
| | 13.053 | 9.041 | 22.094 | 3.411 | 25.505 |



12. Provisões para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas, administrativas e arbitrais cujo valor em risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas, administrativas e arbitrais classificadas com probabilidade de perda remota.

(A) PERDA PROVÁVEL: não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à:

(i) Demandas Cíveis: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 01 (um) processo judicial de natureza cível com valor em risco de R\$ 14. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía o mesmo processo judicial de natureza cível com valor em risco de R\$ 13. Destaca-se que referida variação reflete mera atualização do valor em risco.

(B) PERDA POSSÍVEL: embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia, merecem destaques as seguintes demandas, classificadas como probabilidade possível de perda:

(i) Demandas Tributárias: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 01 (um) processo administrativo de natureza fiscal de natureza tributária com valor em risco aproximado em R\$ 61. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia 01 (um) processo administrativa da mesma natureza com valor em risco de R\$ 54. Destaca-se que referida variação reflete mera atualização do valor em risco.

(ii) Demandas Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 01 (um) processo judicial de natureza trabalhista com valor em risco de R\$ 437, envolvendo, ainda, outras 06 (seis) coligadas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 01 (um) processo desta mesma natureza, no entanto, não possuía valor em risco considerando a objeto da ação.



Notas Explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 15 de junho de 2022 a Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda. transferiu 16.000.000 de ações ordinárias para a Sollo Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 46.826 composto por 43.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

| | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | |
|-------------------------------------|-------------------|-------------|-------------------|-------------|
| | Quantidade | % | Quantidade | % |
| Acionistas | | | | |
| Alupar Investimento S.A. | 27.000.000 | 62,79% | 27.000.000 | 62,79% |
| Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda. | - | - | 16.000.000 | 37,21% |
| Sollo Energia S.A. | 16.000.000 | 37,21% | - | - |
| Total das ações | 43.000.000 | 100% | 43.000.000 | 100% |

b. Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

| Destinação do resultado | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|------------------------------------|---------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício | 13.195 | 24.950 |
| Constituição de reserva legal (5%) | (660) | (1.248) |
| Subtotal | 12.535 | 23.702 |
| Dividendos mínimos obrigatórios | (2.636) | (5.483) |
| Reserva de Incentivo Fiscal | (1.990) | (1.768) |
| Reserva de lucros | (4.393) | (6.893) |
| Reserva de lucros a realizar | (3.516) | (9.558) |
| Saldo de lucros acumulados | - | - |

A composição das reservas de lucros em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:



Notas Explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

| Reservas de lucros | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Reserva Legal | 5.055 | 4.395 |
| Reserva de incentivos fiscais | 7.591 | 5.601 |
| Reserva de lucros a realizar | 25.170 | 21.654 |
| Reserva de lucros | 41.223 | 36.830 |
| Saldo de reservas de lucros | 79.039 | 68.480 |

13. Patrimônio líquido - Continuação

Reserva de lucros a realizar

Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeira do saldo de ativo contratual e, conseqüente geração de caixa pela Companhia.

14. Partes relacionadas

a. Remuneração da alta Administração

A remuneração da Administração inclui diretoria e conselho de administração e é composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. Em 31 de dezembro de 2022 a remuneração para a alta administração foi de R\$ 678 (R\$ 916 em 31 de dezembro de 2021).

b. Arrendamentos

A Companhia possui em aberto com a Alupar Investimento S.A. os valores de arrendamentos a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, totalizando R\$ 208 (R\$ 142 em 31 de dezembro de 2021).

c. Dividendos

Em 08 de agosto de 2022 a Companhia efetuou o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2021, no montante de R\$ 5.484.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui em aberto os valores de dividendos mínimos obrigatórios, referentes aos exercícios de 2020 e 2022, no total de R\$ 4.049 (R\$ 6.896 em 31 de dezembro de 2021).



Notas Explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|----------------|----------------|
| Receita operacional bruta | 24.201 | 27.384 |
| Receita de operação e manutenção (nota 7) | 4.159 | 3.749 |
| (-) Parcela variável (nota 7) | - | (1.456) |
| Remuneração do ativo de concessão (nota 7) | 20.042 | 25.091 |
| Deduções da receita operacional | (3.128) | (3.481) |
| Programa de Integração Social - PIS | (399) | (451) |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS | (1.839) | (2.081) |
| Reserva global de reversão - RGR | (629) | (712) |
| Pesquisa e desenvolvimento - P&D | (66) | (51) |
| Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT | (66) | (51) |
| Ministério de minas e energia - MME | (33) | (26) |
| Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE | (96) | (109) |
| Receita operacional líquida | 21.073 | 23.903 |

16. Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados é composto da seguinte forma:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|----------------|----------------|
| Custos dos serviços prestados | | |
| Pessoal | (631) | (512) |
| Material | (811) | (316) |
| Serviços de terceiros | (787) | (694) |
| Contingências | - | (2) |
| Aluguéis | (324) | (376) |
| Seguros | (18) | (16) |
| Outros tributos e taxas | (121) | 108 |
| Depreciação e amortização | (59) | (77) |
| Outros | (202) | (11) |
| Total custos dos serviços prestados | (2.953) | (1.896) |

17. Outras receitas

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|------------|---------------|
| Outras receitas | | |
| * Revisão tarifária periódica (nota 7) | - | 15.578 |
| *(-) Contribuições e encargos regulatórios diferidos | - | (1.908) |
| Total custo de infraestrutura | - | 13.670 |

* Efeito da revisão da RAP no saldo do ativo contratual, com base na resolução homologatória ANEEL nº 2.882 de 22 de junho de 2021, que homologa o resultado da revisão tarifária periódica.



Notas Explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

18. Receitas e despesas financeiras

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|----------------|----------------|
| Receitas financeiras | 1.702 | 641 |
| (*) Receita de aplicações financeiras | 1.457 | 422 |
| Atualização monetária ativa | 241 | 204 |
| Outros | 4 | 15 |
| Despesas financeiras | (1.378) | (1.335) |
| Encargos sobre empréstimos e financiamentos (nota 9c) | (1.199) | (1.192) |
| Juros sobre arrendamentos | (21) | (19) |
| Atualização monetária | (137) | 20 |
| Outros | (21) | (144) |
| Total líquido | 324 | (694) |

(*) Receita de aplicações financeiras líquida de impostos

19. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

| | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | |
|--|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social |
| Tributos correntes lucro real: | | | | |
| Lucro societário antes do IR e CS | 17.328 | 17.328 | 34.269 | 34.269 |
| Ativo Financeiro Realizado artigo 84 | 10.058 | 10.058 | 8.754 | 8.754 |
| Receita Remuneração da Concessão - Art. 84 inciso I IN 1515/14 | (16.259) | (16.259) | (14.595) | (14.595) |
| Ativo contratual CPC 47 | (3.230) | (3.230) | (8.644) | (8.644) |
| Revisão tarifária periódica | - | - | (13.670) | (13.670) |
| (+) Outros | 214 | 130 | (65) | (83) |
| Lucro (Prejuízo) Fiscal | 8.111 | 8.027 | 6.049 | 6.031 |
| (-) Compensação de Prejuízos Fiscais | - | - | - | - |
| Base de cálculo do IRPJ e da CSLL | 8.111 | 8.027 | 6.049 | 6.031 |
| Alíquota | 15% | 9% | 15% | 9% |
| Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano) | 10% | - | 10% | - |
| | (2.004) | (722) | (1.488) | (543) |
| Incentivo fiscal SUDAM | 1.990 | - | 1.488 | - |
| Outros | 14 | - | - | (6) |
| Incentivo fiscal SUDAM levantamento de Créditos | - | - | 271 | - |
| Total dos tributos correntes | - | (722) | 271 | (549) |
| Total dos tributos diferidos (nota 11) | (2.564) | (847) | (6.526) | (2.515) |
| Despesa total com tributos | (2.564) | (1.569) | (6.255) | (3.064) |
| Alíquota efetiva | 23,85% | | 27,19% | |

20. Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

b. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

| | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | | Mensuração do valor justo | Classificação por categoria |
|-----------------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|---------------------------|-----------------------------------|
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo | | |
| Ativo | | | | | | |
| Caixa | 375 | 375 | 387 | 387 | - | Custo amortizado |
| Equivalentes de caixa | 18 | 18 | 20 | 20 | Nível II | Valor justo por meio de resultado |
| Investimentos a curto prazo | 12.889 | 12.889 | 10.594 | 10.594 | Nível II | Valor justo por meio de resultado |
| Títulos e valores mobiliários | 1.997 | 1.997 | 1.658 | 1.658 | Nível II | Valor justo por meio de resultado |
| Concessionárias e permissionárias | 4.832 | 4.832 | 3.042 | 3.042 | - | Custo amortizado |
| | 20.111 | 20.111 | 15.701 | 15.701 | | |
| Passivo | | | | | | |
| Fornecedores | 200 | 200 | 113 | 113 | - | Custo amortizado |
| Debêntures | 11.755 | 11.755 | 15.164 | 15.164 | - | Custo amortizado |
| | 11.955 | 11.955 | 15.277 | 15.277 | | |

BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

c. Hierarquia do valor justo

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

20. Instrumentos financeiros – Continuação

d. Análise de sensibilidade

i. Análise de sensibilidade ao risco da taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e empréstimos as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2022, foi extraída a projeção do indexadores SELIC/CDI e a TJLP, as taxas utilizadas foram as últimas divulgadas pelo Conselho Monetário Nacional e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação de risco respectivamente

Para as aplicações financeiras em cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2022 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

| Indexador | Posição em 31/12/2022 | Projeção Receitas Financeiras - Um Ano | | | | | |
|-------------------------------|--------------------------|--|---------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|-------|
| | | Cenário Provável | Risco de redução | | Risco de aumento | | |
| | | | Cenário I (-50%) | Cenário II (-25%) | Cenário III (+25%) | Cenário IV (+50%) | |
| | | 10,63% | 5,32% | 7,97% | 13,29% | 15,95% | |
| Investimento de curto prazo | CDI | 12.889 | 1.370 | 686 | 1.027 | 1.713 | 2.056 |
| Títulos e valores mobiliários | CDI | 1.997 | 212 | 106 | 159 | 265 | 319 |

Para os empréstimos cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

| Taxa de Juros a.a. | | Posição em 31/12/2022 | Projeção Despesas Financeiras - Um Ano | | | | | |
|----------------------|--------|--------------------------|--|---------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|-------|
| | | | Cenário Provável | Risco de redução | | Risco de aumento | | |
| | | | | Cenário I (-50%) | Cenário II (-25%) | Cenário III (+25%) | Cenário IV (+50%) | |
| | | | 7,37% | 3,69% | 5,53% | 9,21% | 11,06% | |
| BNDES - Subcrédito A | TJLP + | 2,44% | 11.384 | 1.137 | 708 | 923 | 1.352 | 1.568 |
| BNDES - Subcrédito B | TJLP + | 2,04% | 371 | 35 | 22 | 29 | 42 | 49 |

e. Riscos resultantes de instrumentos financeiros

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:



20. Instrumentos financeiros - Continuação

i. Risco de crédito

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.361 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que as contas a receber da Companhia são garantidas pelo ONS.

ii. Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

iii. Risco de taxas de juros

Os rendimentos das aplicações financeiras estão vinculados à taxa CDI, enquanto que a atualização dos contratos de financiamento está vinculada à TJLP.

iv. Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

v. Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.



20. Instrumentos financeiros – Continuação

vi. Risco técnico

A infraestrutura da concessão é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

21. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte, e vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

22. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2022.

| Risco/Objeto | Importância segurada | Prêmio | Término da vigência |
|------------------------------|-------------------------|-----------|------------------------|
| Responsabilidade Civil | 10.000 | 3 | 04/08/2023 |
| Responsabilidade Patrimonial | 165.621 | 13 | 04/08/2023 |
| Seguro de Veiculos | 100% Tabela Fipe | 3 | 19/09/2023 |
| Responsabilidade Civil D&O | 50.000 | 2 | 28/08/2023 |
| Total | 225.621 | 21 | |

Patricia Nalini Sávio Ferreira
Contadora - CRC 1 SP 237063/O-2